



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/277640-8

JUCERJA

12 ago 2014 15:36

Guia: 101267651

3330028560-1

Atos: 980

CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 417,00
DNRC » Calculado: 0,00
ULT. ARQ.: 00002656601 07/08/2014 301
HASH: A14082776408T
Pago: 417,00
Pago: 0,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA Nº DE AUXÍLIO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS

Nire: 33.3 0028560-1

Protocolo: 00-2014/277640-8

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO.

12/08/2014

13/08/2014 E O REGISTRO SOB O NÚMERO

ED33000555-1/000
DATA: 13/08/2014

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

O DO RIO DE JANEIRO

izabel

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01	950			2ª emissão de Debêntures

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio Janeiro

Local

12/08/14

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: *Sergio Roberto Ribeiro*

Assinatura:

Telefone de contato: *RG. 01.816.456-6*

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

13/08/2014

Data

Presidente da

Vogal

Turma

Paulo de Andrade Paiva

CRJA

Cândido Oliveira Carneiro de Souza

Vogal

Matr.: 397-0

OBSERVAÇÕES:

Matr.: 365-7

Fel 55 - 13.8.2014

FORTAN GRÁFICA

REF.: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Valéria G.M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS

Nire: 33300285601

Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE

Arquivamento: ED33000555-000/1



464229

04/1

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SEGUNDA EMISSÃO DE
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Segunda Emissão de CETIP S.A. – Mercados Organizados" ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile 230, 10º e 11º andares, CEP 20031-919, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 09.358.105/0001-91, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.285.601, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" ou "Cetip"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476")



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

05/1





464230

("Oferta Restrita"), serão realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 6 de agosto de 2014 ("RCA").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da RCA.* Nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela Cetip, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da Cetip;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.5 abaixo, negociação no mercado por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela Cetip, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da Cetip e as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip;
- V. *dispensa de registro pela CVM.* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

00/1





464231

VI. registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). A Emissão poderá ser registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, sendo que tal registro está condicionado, até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA.

2.2 A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da RCA, bem como das referidas publicações, uma via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 10 (dez) Dias Úteis contados das respectivas datas de arquivamento e publicações.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1. A Companhia tem por objeto social (i) administrar mercados organizados de valores mobiliários, de títulos, de derivativos e de outros instrumentos financeiros ("Ativos"), admitidos a negociação e/ou a registro de negociação previamente realizada; (ii) operacionalizar e manter sistemas de registro de Ativos, de negociação, de registro de operações previamente negociadas, e de compensação, liquidação e de depósito ou custódia de Ativos, nos mercados organizados administrados pela Companhia ("Mercados Organizados") ou nos mercados organizados administrados por outras entidades; (iii) criar e desenvolver os Mercados Organizados, bem como divulgar as alterações introduzidas nos mesmos, com rapidez, amplitude e detalhes; (iv) dotar os Mercados Organizados, de forma permanente, de todos os meios necessários à pronta e eficiente realização e visibilidade das operações; (v) preservar elevados padrões éticos e princípios equitativos de comércio e de negociação para as pessoas que nela atuem, direta ou indiretamente, bem como regulamentar as negociações e dirimir questões operacionais pelas quais estejam interessados os Participantes (conforme definido no artigo 18, parágrafo 6º do estatuto social da Companhia) dos Mercados Organizados; (vi) fiscalizar o cumprimento, pelos Participantes, das disposições legais e


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464232

02/1

regulamentares, observado o limite de sua atuação; (vii) prestação de serviços associados ao suporte às operações de crédito, através do desenvolvimento e operação de sistemas de processamento de dados e de tecnologia da informação, envolvendo não exclusivamente: o registro e controle de contratos de financiamento; o registro de inserções, a manutenção, controle e baixas de garantias ou gravames; o provimento de mecanismos de consulta acerca desses registros; o provimento de informações para a análise de crédito e gestão do risco de crédito; o armazenamento e guarda de informações relacionadas às operações de crédito e às respectivas garantias, bem como relacionadas aos ativos onerados ou gravados; e (viii) participar no patrimônio ou capital social de outras sociedades, que tenham por objeto atividades compatíveis com o objeto da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Restrita serão utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 1ª Emissão da Companhia, bem como para recomposição de caixa da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de CETIP S.A. - Mercados Organizados" ("Contrato de Colocação"), com intermediação de instituições financeiras autorizadas a operarem no mercado de capitais ("Coordenadores"), tendo como público alvo Investidores Qualificados (conforme a seguir definido). Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

08/1



464233

5.1.1. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes, entre outros, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM poderá vir a ser objeto de registro perante a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

- 5.2 *Procedimento de Bookbuilding.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores Qualificados, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final da Remuneração (conforme abaixo definido) ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a inscrição perante a JUCERJA, estando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), uma vez que a taxa máxima de remuneração das Debêntures já foi deliberada por meio da RCA.
- 5.3 *Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração, conforme previsto no item 6.14 abaixo ("Preço de Subscrição").
- 5.4 *Forma de Subscrição e Prazo de Integralização.* As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela Cetip. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo ("Data de Integralização"), durante o prazo de distribuição das Debêntures, a partir do início da distribuição, conforme o caso, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.
- 5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio da Cetip. As Debêntures somente poderão ser negociadas


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

02/1





464234

entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Companhia, do disposto no artigo 17 da referida instrução.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* O escriturador mandatário é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário").
- 6.8 *Banco Liquidante.* O banco liquidante é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante").




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



W/A

- 6.9 **Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.
- 6.11 **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.12 **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvada as hipóteses de Evento de Inadimplemento e/ou de Oferta Resgate Antecipado Facultativo, ambos conforme definidos abaixo.
- 6.13 **Pagamento do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Evento de Inadimplemento e/ou de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, ambos conforme definidos abaixo.
- 6.14 **Remuneração.** A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. **atualização monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
 - II. **juros remuneratórios:** sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada máxima de até 107,75% (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Cetip, no informativo diário disponível em


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464236

11/1

sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração") a ser definida de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a data da primeira integralização ("Data da Primeira Integralização") (inclusive) ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do respectivo pagamento da Remuneração (exclusive), de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas da Cetip para as Debêntures, disponível para consulta na página da Cetip na Internet (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao valor unitário da Remuneração devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data do pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) (data de cálculo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

"n" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464237

12/1

"p" percentual aplicado sobre a Taxa DI informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a até 107,75 (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos), a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

"TDI_k" corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



"DI_k" corresponde à Taxa DI divulgada pela Cetip, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Para fins desta Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração (inclusive) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração (exclusive) correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente ao Período de Capitalização será devida nas datas estabelecidas nas Cláusulas 6.14.6 abaixo.

6.14.1. O percentual da Remuneração será definida na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e será divulgada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de nova RCA.

6.14.2. Se na data de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela Cetip, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 6.14.3, 6.14.4 e 6.14.5 abaixo.

6.14.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda,


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464238

13/8

no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a assembleia geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Companhia, o parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação dessa Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

6.14.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar a partir da data de realização da assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Integralização ou da respectiva data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração; ou

10

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



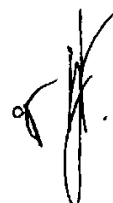


464239

14/8

- (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento ou o prazo médio das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta aprovada pelos Debenturistas, na assembleia geral de Debenturistas conforme a Cláusula 6.14.4 acima, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na assembleia geral de Debenturistas conforme a Cláusula 6.14.4 acima, deverá refletir os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Companhia não aprove a taxa substituta da Remuneração nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

6.14.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, a referida assembleia geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

6.14.6. *Pagamento da Remuneração.* O pagamento da Remuneração será realizado em parcelas semestrais, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 12 de março de 2015 e o último na Data de Vencimento. Os pagamentos serão feitos de acordo com a tabela abaixo:




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



16/1

Datas de Pagamento da Remuneração
12 de março de 2015
12 de setembro de 2015
12 de março de 2016
12 de setembro de 2016
12 de março de 2017
12 de setembro de 2017

- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Resgate Antecipado Facultativo.* Não haverá hipótese de resgate antecipado facultativo parcial ou total.
- 6.17 *Amortização Antecipada Extraordinária.* Não haverá hipótese de amortização antecipada extraordinária.
- 6.18 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado facultativo, total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, conforme o caso, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"):
- I. a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, total ou parcial, por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.27 abaixo ou de comunicação individual aos Debenturistas, esta última com cópia para o Agente Fiduciário ("Aviso de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo total ou parcial, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso V abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que não poderá ser negativo; (c) se a


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

16/8



464241

Oferta de Resgate Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto no inciso II abaixo; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- II. após a publicação ou envio do Aviso de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Companhia, findo o qual a mesma terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado que a Companhia somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;
- III. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante a realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- IV. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado, e, se for o caso,

13

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464242

17/1

acrescido de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;




- V. caso a Companhia opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do resgate antecipado, sobre o resultado do sorteio;
- VI. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será realizado por meio da Cetip, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na Cetip ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na Cetip.

6.19 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e, se aplicável, o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia por meio da Cetip,

14


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

18/1



conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na Cetip, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip.

- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da Cetip, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil").
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora não compensatórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").
- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464244




12/1

isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.26 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1, 6.26.2 e 6.26.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo de 90 (noventa) dias; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou
- II. liquidação, dissolução, extinção da Companhia e/ou de qualquer controlada que represente 10% (dez por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Companhia ("Controlada"), calculada de forma acumulada nos últimos 4 (quatro) trimestres, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- III. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- IV. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contados da data em que (i) a Companhia tomar ciência de referido descumprimento ou (ii) a Companhia for notificada

16


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral




Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

20/1



464245

- pelo Agente Fiduciário sobre o descumprimento, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- V. transformação da forma societária da Companhia de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações e/ou deixe de integrar o segmento do Novo Mercado da BM&F BOVESPA;
- VI. cisão (incluindo *drop down* de ativos), fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:
- (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se cumprido o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; ou
 - (c) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo exclusivamente a Companhia e/ou Controladas, as quais os Debenturistas manifestarão concordância expressa no momento da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Debêntures;
- VII. redução de capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral




Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464246

21/11




- IX. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Cláusula 10.1 abaixo é, na data em que foi prestada e/ou na Data de Emissão, falsa ou enganosa, ou, ainda, em qualquer aspecto relevante, incorreta, inconsistente ou incompleta;
- X. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado nos respectivos prazos de cura estabelecidos nesses instrumentos;
- XI. vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia e/ou de qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M (ou seu equivalente em outras moedas);
- XII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias que (a) o protesto foi cancelado, ou (b) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo ou prestada caução;
- XIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão ou sentença judicial proferida contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M (ou seu equivalente em outras moedas), cujos efeitos não sejam suspensos ou a decisão reformada no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua ciência;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



- XIV. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, confiscar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia e/ou de qualquer Controlada que afete de forma significativa a capacidade da Companhia em cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XV. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer autorização, concessão, alvará e/ou licença, que venha a afetar de forma significativa o regular exercício, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de suas atividades;
- XVI. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XVII. caso esta Escritura de Emissão ou qualquer disposição relevante desta Escritura de Emissão sejam questionados judicialmente (desde que referido questionamento não seja elidido ou a Emissora não tenha apresentado defesa no prazo legal), revogados, rescindidos ou anulados, com base em decisão judicial transitada em julgado ou em atos do governo que venham a ser publicados posteriormente à Data de Emissão;
- XVIII. resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou em descumprimento com qualquer *covenant* financeiro estabelecidos nesta Escritura de Emissão, exceto pelo pagamento, em cada exercício social, de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio em valor não superior ao dividendo mínimo obrigatório então vigente nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- XIX. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

23/1



464248

cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia especialmente convocada para este fim;

XX. não manutenção, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres alternados, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados trimestralmente pela Companhia e acompanhados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo:

(a) do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes;

(b) do Índice de Cobertura de Juros (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso IV), que deverá ser igual ou superior a 3,0 (três inteiros) vezes;

6.26.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26 acima, Incisos I, II, III, V, VII, X, XI, XII, XIII, XVI, XVIII ou XIX, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.26.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.26.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral, Debenturistas representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.



J.


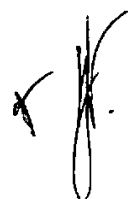
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

23/1

6.26.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26.4 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:

- I. "Dívida Líquida": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Companhia, incluindo dívidas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, coobrigações, avais ou fianças; obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas e obrigações relativas a operações com derivativos; menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e direitos relativos a operações com derivativos;
- II. "EBITDA": significa com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o lucro da Companhia relativo aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, antes de juros, tributos, amortização, depreciação e despesas relacionadas com plano de opção de compra de ações (*stock option plans*);
- III. "Despesas Financeiras com Juros": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório das despesas financeiras com juros (exceto juros sobre capital próprio) relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; e
- IV. "Índice de Cobertura de Juros": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o quociente





464250

25/1

da divisão entre (i) EBITDA; e (ii) o valor das Despesas Financeiras com Juros.

6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.28 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

CETIP S.A – Mercados Organizados

Av. Brig. Faria Lima, 1663, 2º andar



01452-001 São Paulo, SP

At.: Srs. Willy Otto Jordan Neto / André Veiga
Milanez

Telefone: (11) 3111-1418

Fac-símile: (11) 3111-1553

Correio Eletrônico: willyjordan@cetip.com.br /
andremilanez@cetip.com.br / tesouraria@cetip.com.br /
gejur@cetip.com.br


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464251




26/11

- II. para o Agente Fiduciário:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle
Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio M. Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br
- III. para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900 Osasco - SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz
Tomo
Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2822
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br /
4010.custodiarf@bradesco.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores ou na página da CVM na rede mundial de computadores:
- (a) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464252

27/8

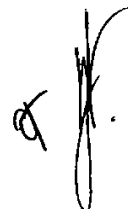

Companhia"), acompanhadas de declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (ii) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia" e, e conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e
- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480");

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) nas mesmas datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b) o relatório específico, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias ao acompanhamento (i) do Índice Financeiro a que se refere a Cláusula 6.26 acima, inciso XXIII; e (ii) dos Índices Financeiros (conforme previstos na Cláusula 6.26 acima, inciso XX), em todos os casos desta alínea;

24


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464253

29/11

- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
 - (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de qualquer evento que afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
 - (d) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário; e
 - (e) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos;
- III. informar o Escriturador Mandatário sobre a realização de qualquer pagamento antecipado em decorrência do disposto nas Cláusulas 6.16 e 6.17 acima, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- IV. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- V. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

25


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral




Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464254

29/1

- VI. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia e das Controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- IX. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- X. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, toda a documentação relativa à Emissão;
- XI. cumprir todas as determinações da CVM e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas
- XII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;
- XIV. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado





Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

30/01



464255

- primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21), bem como tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- XV. arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos, se aplicável, relativos ao seu registro na Cetip, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos, os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, do Agente Fiduciário, entre outros;
- XVI. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na Cetip, se aplicável;
- XVII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XVIII. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XIX. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, na mesma data de sua divulgação pelo Agente Fiduciário, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XIV;
- XX. abster-se, até o envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464256

31/1

- XXI. notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XXII. convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- XXIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XXIV. enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- XXV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos

28


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464257

32/1

auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores;

- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

29


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

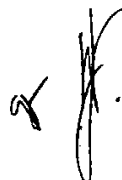

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464258

33/1

- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação lícita, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou, no momento de aceitar sua função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- XII. que com base no organograma disponibilizado pela Companhia, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que atuou na 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Companhia ("1ª Emissão da Companhia"), com vencimento em 29 de dezembro de 2017, em que foram emitidas 180 (cento e oitenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização e não foi verificado qualquer evento de


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464259

34/11




resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Companhia são garantidas por cessão fiduciária de determinados recebíveis de titularidade da Companhia (na qualidade de sucessora da GRV), conforme previsto na escritura de emissão; e

XIII. assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

3S/A



464260

- substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pelas assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) as assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.27 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

36/2



464261

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), e na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier substituí-lo, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima; e
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial

33


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1






464262

37/1

ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento;

- II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas, sempre que possível, pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
 - (c) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções;
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
 - (e) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464263

36/1

30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:




I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

35

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

- 37/1
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, exceto por aqueles previstos na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
 - VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - X. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública,








464265

40/1

cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, às expensas da Companhia;

- XI. solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar e enviar à Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;

37


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1



464266

4/1

- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.27 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, e o Escriturador Mandatário, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, a Companhia expressamente autoriza, desde


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464267



42/1

já, o Escriturador Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- XVIII. coordenar o resgate parcial das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia e à CVM; e
- XXI. disponibilizar o preço unitário, calculado pela Companhia, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.26 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

43/1



464268

III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.26, 6.26.1, 6.26.2 e 6.26.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IIV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.7 A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e

40


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

44/1



464269

dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.11 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 A assembleia geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação da assembleia geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleia geral constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

9.4 A assembleia geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da assembleia geral de Debenturistas em



X

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



45/1



464270

primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de segunda convocação

- 9.5 A assembleia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.6 A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.7 Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.7.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- 9.7.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.7 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas à Cláusula 6.16, 6.17, 6.18 e/ou 6.19 acima; ou (i) de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário.
- 9.8 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



464271

46/1

controladora, direta ou indireta, da Companhia, qualquer Controlada ou qualquer coligada à Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.




- 9.9 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia na assembleia geral de Debenturistas.
- 9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.11 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. cada uma das Controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- IV. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo

43


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1





464272

42/1

mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Colocação e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, e a realização da Emissão e da Oferta Restrita (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal a que a Companhia esteja sujeita; e (e) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia ou qualquer de seus ativos ou bens;
- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e as obrigações previstas em tais instrumentos constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
- VIII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência"), bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta Restrita, são

44


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1





464273

48/1

verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

- X. o Formulário de Referência (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Companhia e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- XI. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- XII. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2014 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XIII. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIV. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1







464274

42/1

obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- XV. possui, assim como suas Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVI. exceto conforme indicado no Formulário de Referência, inexistente qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XVII. mantém os ativos operacionais relevantes da Companhia e das Controladas adequadamente segurados;
- XVIII. a Emissora e as Controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- XIX. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM;
- XX. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- XXI. declara e garante que cumpre e faz cumprir, bem como suas afiliadas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), do *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)* e do *UK Bribery Act (UKBA)*, na medida em que (i) mantém políticas e




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral






464275

52/A

procedimentos internos anticorrupção, bem como treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades; (ii) seus funcionários, executivos, diretores, representantes e procuradores, no melhor do seu conhecimento, não estão sofrendo investigação criminal e não estiveram sujeitos a quaisquer ações legais civis ou criminais no país ou no exterior, por conduta inadequada relacionada a suborno, corrupção ou outro ato ilícito relacionados às leis acima mencionadas; (iii) conhece e entende as disposições das leis anticorrupção dos países em que fazem negócios, bem como não adota quaisquer condutas que infrinjam as leis anticorrupção desses países, sendo certo que executa as suas atividades em conformidade integral com essas leis; (iv) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, ou caso as declarações, garantias e certificações aqui prestadas não forem mais exatas e completas, comunicará imediatamente os Coordenadores e os Debenturistas, que poderão tomar todas as providências que entender necessárias podendo, inclusive, rescindir o Contrato de Distribuição; e (v) realizará eventuais pagamentos devidos aos Coordenadores exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque.

- 10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1






51/1

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, por meio de aditamento, em instrumento próprio assinado por todas as partes e devidamente arquivado na JUCERJA.
- 12.3 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados, de acordo com a regra, prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto por aqueles expressamente previstos de forma diversa neste instrumento.
- 12.4 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.5 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

54/1



464277

mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.7 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13. FORO

13.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2014.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

53/1



464278

[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SEGUNDA EMISSÃO DE
CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS - Página de Assinaturas 1/3.]

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Nome:

Cargo:

Gilson Finkelsztain
Diretor - Presidente

Nome:

Cargo:

Willy Jordan
Diretor Executivo Financeiro,
Corporativo e de Relações
com Investidores



[Handwritten mark]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

54/1



464279

[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SEGUNDA EMISSÃO DE
CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS - Página de Assinaturas 2/3.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

51

[Handwritten signature]
CETIP
Jurídico

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1

55/A



464280




[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA SEGUNDA EMISSÃO DE CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS - Página de Assinaturas 3/3.]

Testemunhas:

Nome: _____
Id.: _____
CPF/MF: Aline Cristiane T. O. Moraes
RG: 29.705.740-8 SSP/SP
CPF: 274.752.226-31

Nome: _____
Id.: _____
CPF/MF: Silvana A. N. do Nascimento
RG 12.222 595-8 SSP/SP
CPF: 052.393.268-51

52


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CETIP S/A MERCADOS ORGANIZADOS
Nire: 33300285601
Protocolo: 0020142776408 - 12/08/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 13/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 6B72F68A6CCFDCA4AC7C9D51996C23309A6F711754B5F7868DB54A8CB09BE9EE
Arquivamento: ED33000555-000/1